## Nota informativa nº 0014 GEZOO/DIVE/SUV/SES/SC

**Assunto:** Reprodução do mosquito *Aedes Aegypti* em depósitos naturais em áreas urbanas.

O cenário entomológico relacionado ao Aedes Aegypti em Santa Catarina vem passando por uma importante mudança nos últimos anos. Atualmente, 115 municípios são considerados infestados pelo mosquito, condição que tem contribuindo para a transmissão de dengue, febre de chikungunya e zika vírus.

Conforme dados do Levantamento de Índice Rápido para Aedes aegypti (LIRAa) realizado no ano de 2021, os principais recipientes inspecionados contendo água foram os pequenos depósitos móveis como vaso de planta, tampa de garrafa, copo plástico, etc. contabilizando 35,9%, seguido de lixo e sucatas com 27,7% do total. Apesar dos depósitos naturais não estarem entre os principais locais identificados para reprodução do mosquito, ocorreu um aumento de 180% quando se compara a atividade realizada no mesmo período de 2020.

Entre os depósitos naturais, estão as plantas que acumulam água, como as bromélias. É sabido que no ambiente silvestre as bromélias possuem importante papel ecológico, funcionando como um microambiente para outras espécies e dificilmente se tornarão focos do Aedes aegypti, já que o mosquito se adaptou a viver em área urbana. Entretanto, quando as bromélias são cultivadas fora do seu ambiente natural podem se tornar potenciais criadouros para o mosquito.

No período de 2016 a 2020, foram identificados 1.526 focos do Aedes aegypti em depósitos naturais no Estado. O maior número foi registrado em 2020 (662 focos), o que representa um aumento de 409% guando comparado ao ano de 2016. Portanto, estratégias precisam ser tracadas, respeitando as normas ambientais, para evitar que depósitos naturais, como as bromélias, contribuam para a proliferação do mosquito transmissor da dengue, febre de chikungunya e zika vírus.

A Diretoria de Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina (DIVE/SC) reforça as orientações das Diretrizes nacionais para a prevenção e controle de epidemias de dengue (Ministério da Saúde, 2009), que as bromélias não são passíveis de tratamento químico com os insumos utilizados pelos Programas de Vigilância e Controle do Aedes aegypti dos municípios. Além disso, salienta que a







implementação de estratégias alternativas de tratamento, como a utilização de hipoclorito de sódio, são de difícil implementação, considerando a ausência de estudos técnicos sobre a quantidade e a periodicidade de aplicação do produto.

A orientação é **evitar** o cultivo de bromélias em área urbana, dando preferência a plantas que não acumulem água.

A DIVE/SC não recomenda a eliminação das bromélias presentes no ambiente silvestre e reitera que a melhor estratégia para controle do mosquito *Aedes aegypti* é a eliminação dos potenciais criadouros, incluindo tanto recipientes artificiais como naturais presentes em áreas urbanas.

Florianópolis, 13 de agosto de 2021.

Gerência de Vigilância de Zoonoses, Acidentes por Animais Peçonhentos e Doenças

Transmitidas por Vetores

GEZOO/DIVE/SUV/SES/SC

Diretoria de Vigilância Epidemiológica DIVE/SUV/SES/SC









## Assinaturas do documento



Código para verificação: 2DN79SX2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IVÂNIA DA COSTA FOLSTER (CPF: 589.XXX.509-XX) em 13/08/2021 às 17:14:14 Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/03/2019 - 12:23:18 e válido até 28/03/2119 - 12:23:18. (Assinatura do sistema)



JOÃO AUGUSTO BRANCHER FUCK (CPF: 060.XXX.189-XX) em 16/08/2021 às 10:38:56 Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/03/2019 - 14:42:44 e válido até 28/03/2119 - 14:42:44. (Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <a href="https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTlfMDAxMjAzOTJfMTlyMjU0XzlwMjFfMkRONzlTWDl=">https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo</a> e informe o processo **SES 00120392/2021** e O Código **2DN79SX2** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.